



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570857 - SP (2020/0080476-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN E OUTROS
ADVOGADOS : JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417
CÍCERO SALUM DO AMARAL LINCOLN - SP319219
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOELBER FERREIRA GOMES (PRESO)
CORRÉU : LUCAS RIBEIRO DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em benefício de JOELBER FERREIRA GOMES, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2116210-42.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, em 02/03/2019, por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou habeas corpus perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

Habeas Corpus. Tráfico de entorpecentes. Decisão que manteve a segregação cautelar fundamentada. Necessidade de manutenção da custódia para a garantia da ordem pública. Constrangimento ilegal inexistente. Agravo regimental prejudicado. Ordem denegada. (fl.35).

No presente *writ*, a defesa alega ilegalidade na decretação de custódia cautelar do paciente e inexistência de *periculum libertatis*, suscitando, portanto, a inexistência de fundamentos previstos no art. 312 do CPP, se fazendo inarredável a aplicação das medidas cautelares do art. 319 do CPP ao paciente.

Ressalta as características que lhes são favoráveis.

Requer, em liminar, seja suspensa cautelarmente, com a imposição das medidas do art. 319 do CPP, a ordem de prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor e, no mérito, seja concedida a ordem para que o paciente responda em liberdade todo o curso dos autos de origem, até a prolação de decisão final, intimando-o a comparecer em cartório da comarca para assinar o termo

de comparecimento a todos os atos processuais até o julgamento definitivo.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator